



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 21000.006713/2023-51

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para locação de 06 (seis) veículos de representação, sendo 03 (três) com motorista e 03 (três) sem motorista e 01 (um) veículo utilitário, além de outros veículos comuns e utilitários em caráter eventual, contendo ainda motorista para o transporte de servidores e cargas em benefício do Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

I - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO COM MOTORISTA						
Item	CATSER	Especificações	(A)	Quilometr. assegurada por veículo (franquia)	(B)	(C)
			Quant.		Valor unitário por veículo	Vlr. Total mensal do item (B x A)
1	4014	Veículos tipo SEDAN, com as seguintes dimensões mínimas: comprimento de 4.600 mm; distância entre-eixos de 2.650 mm; largura de 1.750 mm, com potência acima de 165 CV, 2.000 cilindradas, com no máximo 01 (um) ano de fabricação ou 15.000 (quinze mil) quilômetros rodados (o que ocorrer primeiro), com 04 (quatro) portas, cor preta, equipado com ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, desembaçador elétrico do vidro traseiro, vidros e travamento das portas elétricos, capacidade para 05 (cinco) passageiros. Com 02 (dois) motoristas executivos por veículo e fornecimento de combustível , além do provimento de todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, a ser utilizado no transporte dos Ministros de Estado e ocupantes de cargos de natureza especial. (VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO).	3	5.500	R\$ 27.027,40	R\$ 81.082,20
					R\$ 972.986,40	

II - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO SEM MOTORISTA						
Item	CATSER	Especificações	(E)	Quilometr. assegurada por veículo (franquia)	(F)	(G)
			Quant.		Valor unitário por veículo	Vlr. Total mensal do item (B x A)
2	4014	Veículos tipo SEDAN, com as seguintes dimensões mínimas: comprimento de 4.600 mm; distância entre-eixos de 2.650 mm; largura de 1.750 mm, com potência acima de 165 CV, 2.000 cilindradas, com no máximo 01 (um) ano de fabricação ou 15.000 (quinze mil) quilômetros rodados (o que ocorrer primeiro), com 04 (quatro) portas, cor preta, equipado com ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, desembaçador elétrico do vidro traseiro, vidros e travamento das portas elétricos, capacidade para 05 (cinco) passageiros. Sem motorista e com fornecimento de combustível , além do	3	5.500	R\$ 10.875,16	R\$ 32.625,48
					R\$ 391.505,76	

		provinimento de todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, a ser utilizado no transporte dos Ministros de Estado e ocupantes de cargos de natureza especial. (VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO).					
--	--	--	--	--	--	--	--

III - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA							
Item	CATSER	Especificações	(I)	Quilometr. assegurada por veículo (franquia)	(J)	(K)	(L)
			Quant.		Valor unitário por veículo	Vlr. Total mensal do item (B x A)	Vlr. Total anual (C x !2)
3	25089	Veículos de transporte de carga com as seguintes características mínimas: com no máximo 02 (dois) anos de fabricação ou 30.000 (trinta mil) quilômetros rodados (o que ocorrer primeiro), cilindrada mínima do motor de 1.400cc, a diesel, capacidade de carga mínima de 1.300kg, volume mínimo do compartimento de carga de 6m³, altura total máxima de 2,55 metros, largura total máxima de 3 metros, além de todos os equipamentos e acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira de Trânsito vigente para a categoria. Com motorista e com fornecimento de combustível. (VEÍCULO DE SERVIÇO).	1	780	R\$ 16.157,71	R\$ 16.157,71	R\$ 193.892,52

IV - CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS COMUNS, EM CARÁTER EVENTUAL, POR DEMANDA									
Item	CATSER	Especificação	Unidade	(M)	Quilometr. assegurada por diária	Vlr. unitário do Km	(N)	(O)	(P)
				Qtd. Estimada Anual			Vlr. Unitário da Diária	Vlr. Total mensal	Vlr. Total anual
								(N x (M/12))	(N x M)
4	25089	Veículo automotor tipo "CAMINHÃO", com motorista e fornecimento de combustível, ano de fabricação 2020 ou superior, preferencialmente na cor branca, com peso bruto total (PBT) de 3.800 a 5.500 kg, contendo sobre seu chassi um furgão de alumínio (baú fechado) de dimensões estipuladas no manual de implementação do fabricante, potência mínima de 130cv, equipado com ar condicionado e com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, a ser utilizado no serviço de transporte de cargas do Mapa.	DIÁRIA	192	250	R\$ 13,50	R\$ 3.375,00	R\$ 54.000,00	R\$ 648.000,00
5	25089	Veículo automotor tipo "MICRO-ÔNIBUS", ano de fabricação 2014 ou superior, preferencialmente cor branca, com capacidade para no mínimo 25 (vinte e cinco) passageiros sentados, equipado com ar condicionado. com motorista e fornecimento de combustível, além de todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, a ser utilizado no transporte de servidores, em ocasião de eventos (MICRO-ÔNIBUS).	DIÁRIA	32	200	R\$ 14,00	R\$ 2.800,00	R\$ 7.466,67	R\$ 89.599,92
6	25089	Veículo automotor utilitário tipo VAN, ano de fabricação 2014 ou superior, potência mínima de 127 CV, preferencialmente na cor branca, com capacidade de, no mínimo, 16 (dezesseis) passageiros, equipado com ar condicionado, direção hidráulica, desembaçador elétrico. com motorista e o fornecimento de combustível, além de todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, a ser utilizado no transporte de servidores. (VAN)	DIÁRIA	32	200	R\$ 11,17	R\$ 2.233,33	R\$ 5.955,55	R\$ 71.466,56
7	25089	Veículo modelo BÁSICO potência mínima de 80 CV, com no máximo 01 (um) ano de fabricação ou 15.000 (quinze mil) quilômetros rodados (o que ocorrer primeiro), com 04 (quatro) portas, cor branca, equipado com ar condicionado, com motorista e o fornecimento de combustível, além de com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN.	DIÁRIA	48	500	R\$ 3,40	R\$ 1.700,00	R\$ 6.800,00	R\$ 81.600,00
(Q) SUBTOTAL ANUAL (SOMATÓRIO DO GRUPO 2): H=(4+5+6+7)								R\$ 890.666,48	

III - SERVIÇOS EVENTUAIS - QUILOMETRAGEM EXCEDENTE								
Item	CATSER	Especificação	Unid.	(R)	(S)	(T)	(U)	(V)
				Qtd. Mensal	Qtd. Anual	Vlr. Do Km excedente	Vlr. Total mensal	Vlr. Total anual
8	25089	Veículo automotor tipo "caminhão" (especificado no item 4). Serviços Eventuais por km Excedente.	Km	100	1200	R\$ 8,66	R\$ 866,00	R\$ 10.392,00
9	25089	Veículo automotor tipo Micro-Ônibus (especificado no item 5). Serviços Eventuais por km Excedente.	Km	60	720	R\$ 8,75	R\$ 525,00	R\$ 6.300,00
10	25089	Veículo automotor utilitário tipo Van (especificado no item 6). Serviços Eventuais por km Excedente.	Km	100	1200	R\$ 8,25	R\$ 825,00	R\$ 9.900,00
11	25089	Veículo modelo básico (especificado no item 7). Serviços Eventuais por km Excedente.	Km	100	1200	R\$ 3,56	R\$ 356,00	R\$ 4.272,00
(X) SUBTOTAL ANUAL (SOMATÓRIO DO GRUPO V): V=(8+9+10+11)							R\$ 30.864,00	
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA = (D + H + L + Q + X)							R\$ 2.479.915,16	

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviços comuns, nos termos do Artigo 1º, Parágrafo Único, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e artigo 1º e artigo 2º § 1º, do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nas tabelas acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, devendo ser realizada em grupo único.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com o advento da publicação da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, a nova estrutura ministerial determinou o desmembramento do Ministério da Agricultura e Pecuária, implicando assim na criação de 3 (três) novas Pastas, sendo: Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Ministério da Pesca e Aquicultura, além de ter promovido alterações na estrutura de cargos disponíveis. Consequentemente, as demandas e responsabilidades dos referidos Órgãos incorporados passaram a ser capitaneadas pelos gestores do MAPA, afetando exponencialmente a utilização de veículos para participação de reuniões externas e outros eventos, visto que não há no acervo patrimonial deste Ministério, veículos de representação para a consecução dos atendimentos às autoridades de cada um dos órgãos.

2.2. A contratação em tela visa, respeitada a isonomia entre as licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para a diminuição dos gastos do CONTRATANTE. A utilização das atividades meio, como é o caso dos serviços de locação de veículos automotores, com e sem o fornecimento da mão-de-obra de motorista, é imprescindível para garantia dos objetivos vinculados à missão do MAPA. Atualmente, o referido serviço é fundamental para o desempenho de atividades descritas ao longo do presente documento. A pretensa contratação visa equalizar os problemas atuais de atendimento às 3 Pastas, além de redução da escassez de mão-de-obra de motorista, face às necessidades de gestão patrimonial e oferta de condições para o desempenho e cumprimento das atividades finalísticas do Mapa que dependam do deslocamento terrestre, visto que o cargo de motorista oficial foi extinto a partir da publicação da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998.

2.3. É importante consignar, também, que ao longo dos anos, após a extinção do cargo de motorista, não houve renovação do corpo funcional para suprir demandas ligadas à área de transportes, gerando dessa forma uma série de entraves para o desenvolvimento das atividades relacionadas à gestão material de todo esse acervo, uma vez que a escassez de material humano não permitia o planejamento e a gestão mais adequados às necessidades impostas pelas novas circunstâncias já mencionadas.

2.4. A utilização das atividades meio, como é o caso da prestação dos serviços de condução de veículos automotores, é imprescindível para garantia de alguns dos objetivos finalísticos do MAPA. A contratação do serviço de locação de veículos se justifica em razão das necessidades, específicas e singulares, de deslocamento dos Senhores Ministros de Estado, dos Secretários Executivos do Ministério da Agricultura e Pecuária; do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e do Ministério da Pesca e Aquicultura, assim como aquela relacionada à

movimentação de cargas e bens destes Ministérios.

2.5. O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal. Assim, por se tratar de serviços não afetos às atividades contempladas pelo quadro de pessoal deste Ministério, bem como pela relevância em seu próprio bojo, o qual prevê o deslocamento de autoridades e servidores para desempenhar seus papéis institucionais nas atividades tanto de apoio quanto finalísticas deste Ministério, configura-se assim a necessidade da contratação pleiteada para a prestação dos serviços ora em tela.. Convém considerar que o MAPA não tenciona, promover a renovação da frota, tendo em vista a nova política de transporte do poder executivo, implementada através do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018. Dessa forma, considerando a necessidade de se garantir e resguardar as atividades do MAPA que estão diretamente interligadas ao serviço terceirizado pleiteado, a alternativa é proceder à contratação do serviço de locação de veículos nas quantidades estimadas no quadros constantes do item 1.1, disponibilizando motoristas profissionais devidamente habilitados para o exercício de suas atividades, cujas especificações estão detalhadas neste Termo de Referência.

2.6. A locação de veículos constitui-se como uma vantagem operacional, em tese, pelos seguintes motivos:

- a) A contratação visa adequar as atividades de transporte do Mapa Sede ao disposto no Decreto nº 9.287 de 15 de fevereiro de 2018, especificamente nos incisos III e V do art. 3º, incisos I e II do art.4º
- b) Com a locação, serão sempre utilizados veículos novos pelos servidores deste Ministério, além da disponibilidade dos veículos para transporte de pessoal ou fiscalização, com motorista, sempre que for necessário.
- c) A opção pela locação dos veículos para atendimento ao Ministério da Agricultura é viável, tanto no aspecto operacional, quanto no econômico, visto que o custo/benefício com a aquisição de veículo não se mostra economicamente viável, já que a manutenção é bastante onerosa; a depreciação, consequentemente, implicará em nova aquisição de forma antecipada, além de afastar a necessidade de contratação de motoristas para condução dos diversos veículos ainda utilizados pelo Mapa, já que a função de motorista oficial é um cargo em extinção.
- d) Sendo assim, os serviços a serem prestados por meio da contratação em comento visam garantir melhores condições para o desenvolvimento das atividades no âmbito do MAPA.

2.7. O agrupamento de todos os itens em um lote, justifica-se pelo fato dos itens segmentados possuírem características semelhantes e comuns ao mercado, servindo como estratégia competitiva na concorrência de preços, uma vez que propicia aos fornecedores especializados na linha de serviços terceirizados a possibilidade de oferecer maiores descontos na composição do preço de um grupo. E ainda, um grupo formulado de forma correta e eficiente favorece o sucesso da licitação, diminuindo o tempo da fase de lances e aumentando a flexibilidade da formação de preços pelas empresas participantes.

2.8. A não divisão do objeto em itens não restringe a competitividade do certame e nem traz prejuízo ao erário, sendo natural exigir das empresas interessadas em licitar os itens contemplados no Termo de Referência, visto serem de mesma natureza e relacionados entre si. A decisão de realizar o parcelamento em um grupo passa necessariamente pela análise dos prejuízos que podem advir da pulverização excessiva da execução de um determinado objeto pelas mais diversas pessoas, afinal a licitação é composta por 9 (nove) itens. Seja sob o ponto de vista da gestão como, também, do ponto de vista da perda de economia de escala, o agrupamento se mostra ser a melhor forma de realização do certame.

2.9. Ao longo da gestão do presente contrato, verificou-se, também, que as diversas demandas de setores de atividades meio do Mapa implicam quase que, invariavelmente, na utilização de veículos de serviços utilitários para viabilizar a consecução das atividades correspondentes, além de ultimamente estarem sendo verificadas diversas ocorrências de solicitação de veículos adicionais para participação em eventos de interesse deste ministério, tais como veículos comuns, vans e micro-ônibus, ressaltando que nem todos esses eventos mencionados, podem ser atendidos em função de exiguidade de prazos ou até mesmo por limitações contratualmente impostas, uma vez que tais solicitações carecem de agendamento prévio e a realização de alguns eventos não permite a conciliação de interesses.

2.10. A título de esclarecimento e robustez da instrução processual, é oportuno esclarecer que o MAPA, o MDA e o MPA têm, como área de competência, os seguintes setores: agropecuário, florestas plantadas, aquicultura e pesca, assuntos fundiários e reforma agrária, cooperativismo, inovação e agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável, meteorologia, irrigação e infraestrutura hídrica, assistência técnica rural, pesquisa em agricultura e outros, saúde animal e sanidade vegetal, segurança alimentar, fiscalização e etc, assim como formular, coordenar e supervisionar as ações e diretrizes sobre políticas de colonização e reforma agrária e regularização fundiária rural, de área decorrente de reforma agrária e também no âmbito da Amazônia Legal.

2.11. Nesse contexto, é imprescindível a disponibilidade de um veículo de representação para atender aos senhores Ministros de Estado das Pastas supra, assim como aos seus respectivos Secretários Executivos, em suas necessidades de transporte diário, quer seja de sua residência até o Edifício Sede/MAPA e vice-versa ou para os deslocamentos de trabalho

necessários, e, também, para possibilitar sua locomoção fácil, rápida e com adequada segurança para o cumprimento de vários compromissos de agenda marcados para ocorrerem fora das dependências deste Órgão (Presidência da República, Congresso Nacional, Itamarati, outros Ministérios, órgãos vinculados e autarquias do MAPA e etc).

2.12. Consigne-se ainda que, as autoridades em questão participam e acompanham a realização de diversos eventos de feiras e exposições agropecuárias, que costumeiramente ocorrem em pequenas cidades no interior, inclusive nas proximidades do Distrito Federal, o que requer deslocamentos em veículo oficial, conferindo assim agilidade e eficácia no atendimento às diversas demandas das agendas correspondentes, em face da indisponibilidade de transporte aéreo para tais localidades.

2.13. Isto posto, é importante consignar que a pretensa contratação objeto do presente processo, guarda similitude com o contrato supramencionado em vigor, entretanto, sem possibilidade de vigorar de forma concorrente, visto que a avença será encerrada, tão logo seja assinado o novo contrato de locação de veículos, uma vez que a presente operação visa ajustar e corrigir as distorções presentes no atual contrato e prover assim, as melhores condições de uso. , amoldando-se dessa maneira à exceção contemplada no inciso III, do § 1º, do art. 1º, da Portaria-ME nº. 179/2019:

2.14. Igualmente, é importante registrar, por oportuno que desde a edição do Decreto 6.403/2008, revogado pelo Decreto 9.287/2018, o Mapa vem paulatinamente promovendo ações destinadas à desmobilização de sua própria frota, visto que com a adesão ao sistema TÁXIGOV, em tese, toda a sua frota se tornaria onerosa e ociosa.

2.15. Ao longo da gestão do presente contrato, verificou-se, também, que as diversas demandas de setores de atividades meio do Mapa implicam quase que, invariavelmente, na utilização de veículos de serviços utilitários para viabilizar a consecução das atividades correspondentes, além de ultimamente estarem sendo verificadas diversas ocorrências de solicitação de veículos adicionais para participação em eventos de interesse deste ministério, tais como veículos comuns, vans e micro-ônibus, ressaltando que nem todos esses eventos mencionados, podem ser atendidos em função de exiguidade de prazos ou até mesmo por limitações contratualmente impostas, uma vez que tais solicitações carecem de agendamento prévio e a realização de alguns eventos não permite a conciliação de interesses.

2.16. Ressalte-se ainda que a locação do veículo da categoria "Básico" só se dará quando constatado que o custo de tal operação será inferior aos valores gerados por uma mesma demanda junto ao TáxiGov, ou então que a utilização do veículo se dará em uma área não coberta pelos serviços fornecidos, visto que a prestação de tal serviço se restringe exclusivamente à circunscrição de Brasília/DF e entorno, conforme transcrição do Manual de Fiscalização do TáxiGov:

3.3 Cobertura do Atendimento do TáxiGov

A cobertura de atendimento obedecerá às seguintes regras:

✓ Atendimento obrigatório de corridas com origem e destino no Distrito Federal.

✓ Atendimento obrigatório de corridas com destino para municípios componentes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE..

2.17. Fica caracterizada, portanto, a necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento dos serviços de locação de veículos leves e pesados, com e sem fornecimento de mão-de-obra de motorista, com vistas à utilização e ampliação da oferta dos serviços continuados de condução de veículos de representação e de serviços comuns em função das diversas diligências direcionadas aos setores de Patrimônio e Transporte do MAPA, assim como as diversas solicitações oriundas de diversas áreas deste Ministério para participação em eventos externos. Isto posto, entende-se que um novo certame licitatório terá como ponto focal principal a correção das distorções mencionadas no presente estudo.

2.18. Ademais, pela sua própria natureza, o serviço de transporte das duas maiores autoridades dos Ministérios supra implica em uma variedade de possibilidades como, por exemplo, a utilização de motoristas terceirizados pelo Ministério, a utilização de motoristas comissionados, a condução do veículo por servidores credenciados, dentre outras situações.

2.19. Deste modo, entende-se que a contratação de profissionais por postos sob demanda, também, se apresenta como uma solução adequada à maleabilidade necessária ao atendimento das diversas situações possíveis.

3. REFERÊNCIA ÀS CONTRATAÇÕES ANTERIORES

3.1. Atualmente, o serviço locação de veículos para autoridades tem sido prestado no âmbito do Contrato Administrativo nº 38/2020 (21000.004352/2020-66), o qual tem como objeto: "contratação de serviços de locação de veículos de representação sem motorista, além de veículos comuns e utilitários, em caráter eventual, com motorista para o transporte de servidores e pequenas cargas em benefício do Ministério da Agricultura e Pecuária".

3.2. A partir da decisão de alteração do objeto atual para a pretensa contratação, visando à uma maior economicidade agregada à melhor gestão contratual possível, foi adotado o conceito de aglutinação de cinco serviços distintos, a saber: locação de veículos de representação e de serviço; serviço de motoristas; combustível; manutenção e lavagem, e seguro.

3.3. Cumpre ressaltar que em comparação à situação anterior, na qual os cinco serviços a serem contratados estavam dispostos em 3 contratos distintos, uma vez que o MAPA

também dispunha de veículos próprios - que por serem antigos geravam custos elevados de manutenção e conservação - a contratação integrada dos serviços possibilitará uma maior eficiência administrativa, com economia de recursos públicos.

3.4. Assim, em que pese a pretensa contratação se mostrar vantajosa, sob a ótica estritamente econômica, a realidade é que esta modalidade pode se revelar incompleta sob alguns aspectos, visto que a natureza de atendimento apresenta particularidades em função da singularidade da atividade de transporte de altas autoridades da República, apontando dessa forma para uma forma híbrida de contratação, na qual alguns veículos serão contratados com o fornecimento dos serviços de condução, enquanto outros serão conduzidos por servidores comissionados.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares, abrange a prestação dos serviços de locação de veículos de representação com e sem motorista, além de veículos comuns e utilitários, em caráter eventual, com motorista para o transporte de servidores e pequenas cargas visando atender às necessidades institucionais do Ministério da Agricultura e Pecuária, sendo ainda pertinente fazer constar os seguintes detalhes:

4.2. Qualificações mínimas dos motoristas:

- 4.2.1. 5 (cinco) anos de habilitação, contados a partir da primeira habilitação;
- 4.2.2. Categoria de habilitação nível “B” ou superior para condução dos veículos de representação ou comuns;
- 4.2.3. Categoria de habilitação nível “D” ou superior para condução dos veículos de transporte de carga, caminhão, micro-ônibus e vans ;
- 4.2.4. Conhecimento de localização das principais ruas e avenidas da região metropolitana da respectiva capital;
- 4.2.5. Postura profissional e apresentação pessoal adequadas;
- 4.2.6. Deferência nos modos de tratamento;
- 4.2.7. Manter a disciplina nos locais dos serviços;
- 4.2.8. Os currículos dos motoristas deverão ser apresentados em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato;
- 4.2.9. Deverá ser apresentada a Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Polícia Federal e pela Polícia Civil, junto com o currículo;

4.3. Responsabilidades dos motoristas:

- 4.3.1. Comunicar ao gestor do contrato todo acontecimento entendido como irregular, ou seja, qualquer dificuldade, defeito em veículos ou equipamentos, ou outro fato que venha impedir a boa e perfeita execução dos serviços;
- 4.3.2. Ser pontual, apresentando-se sempre uniformizado, barbeado, com os cabelos cortados;
- 4.3.3. Proceder com cortesia e respeito no trato com os demais funcionários e com o público em geral;
- 4.3.4. Devolver objetos esquecidos no interior do veículo, calcular distância do local de destino, aplicar procedimentos de primeiros socorros, auxiliar portadores de necessidades especiais, gestantes, idosos e crianças no embarque e desembarque, liberar embarque e desembarque apenas em local seguro e permitido, alterar itinerário em caso de situações de risco ou emergência, elaborar itinerários, calcular tempo de chegada ao destino, consultar guias e mapas e colocar objetos dos passageiros no compartimento de bagagem;
- 4.3.5. Identificar avarias no veículo, verificar nível do combustível, abastecer veículo, manter limpa as partes internas e externa do veículo, verificar estado dos pneus, testar sistema elétrico, verificar nível do líquido de arrefecimento do reservatório, testar sistema de freios, conferir equipamentos obrigatórios do veículo, verificar o nível do óleo, acompanhar prazos ou quilometragem para revisões periódicas, trocar pneus, climatizar o veículo;
- 4.3.6. Localizar vaga para estacionamento, identificar obstáculos ao redor do veículo, controlar velocidade de manobra, estacionar o veículo, localizar veículo no pátio de estacionamento, sinalizar local em caso de estacionamento emergencial;
- 4.3.7. Manter limpo o veículo em que trabalha tanto no aspecto externo quanto interno, em especial os cinzeiros, carpete e estofamento;

4.3.8. Preencher relatórios de controle, utilizar telefones ou rádios, afixar no veículo autorizações legais para exercício da função, relatar ocorrências durante a realização do trabalho, acionar empresa seguradora, notificar autoridades em casos de emergência e situações especiais, informar aos responsáveis sobre problemas mecânicos no veículo, solicitar socorro mecânico, relatar problemas mecânicos do veículo, portar identificação individual ou funcional em local visível, relatar atrasos, transmitir informações através de gestos, acionar sinais luminosos e sonoros, prestar informações gerais aos passageiros;

4.3.9. Agir com ética, zelar pelo material transportado, zelar pela segurança dos ocupantes do veículo, trabalhar em equipe, agir com criatividade, demonstrar cortesia, cumprir horários e escalas de trabalho, demonstrar capacidade visual espacial, tratar os passageiros com polidez, respeitar leis de trânsito, dirigir defensivamente, manter-se calmo, demonstrar noções básicas de mecânica de veículos, efetuar cálculos matemáticos básicos;

4.4. Uniformes: os motoristas disponibilizados para a prestação dos serviços deverão apresentar-se, devidamente trajados, conforme descrição a seguir:

4.4.1. O uniforme deverá ser apresentado ao gestor do contrato para a devida aprovação;

4.4.2. A troca dos uniformes será realizada com a periodicidade de 06 (seis) meses, sendo que seu valor não poderá ser repassado aos empregados;

4.4.3. Não poderão ser utilizadas como uniforme: camisetas de malha, calças de malha, lycra ou similar;

4.4.4. Não poderão ser utilizados uniformes em cores estampadas ou com quaisquer tipos de mensagens grafadas, exceto o logotipo da empresa em tamanho e posição compatível com descrição exigida

Peça	Qtde. semestral	Descrição de Peças para Motorista Executivo	
Terno	02	Paletó	Cor escura (Preto, Azul ou Cinza) em tecido tipo microfibra, forrado internamente, inclusive na manga
			Emblema da empresa, bordado na parte externa do bolso
		Calça	Modelo Social
			Tecido e cor idênticos aos do paletó
			Braguilha forrada
			Cós com entretela, forrado, com passadores no mesmo tecido da calça
			02 bolsos laterais, embutidos
			02 bolsos traseiros embutidos, com uma casa vertical e um botão
Gravata	02	Em tecido liso de cor escura (Preto, Azul ou Cinza), 100% poliéster	
Camisa	03	Tecido cor branca	
		Mangas compridas com punho simples	
		Bolso na parte superior do lado esquerdo, sobreposto	
Cinto	01	Masculino em couro constituído de 1 (uma) face na cor preta sem costura, fivela em metal, com garra regulável	
Meias	02	Tipo social de cor preta	
Crachá	01		
Sapato	01	Tipo social de cor preta	

Peça	Qtde. semestral	Descrição de Peças para Motorista de Utilitários	
Calça	02	Em tecido liso de cor escura (jeans ou brim), 100% algodão	
Camisa Polo	03	Tecido cor branca	
		Mangas compridas com punho simples	

		Bolso na parte superior do lado esquerdo, sobreposto
Cinto	01	Masculino em couro constituído de 1 (uma) face na cor preta sem costura, fivela em metal, com garra regulável
Meias	02	Tipo social de cor preta
Crachá	01	
Sapato	01	Tipo bota de cor preta

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Conforme Estudos Preliminares, os serviços serão contratados por meio de franquias com quilometragem franqueada e de diárias de acordo com a necessidade, de forma eventual, e, as especificações dos veículos se encontram discriminados no presente documento. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e maior eficácia da gestão, além do controle e fiscalização da contratação dos serviços de motorista, deverão ser considerados ainda os seguintes requisitos para atendimento das necessidades:
- contratação de empresa especializada e com experiência comprovada;
 - alocação pela empresa contratada de empregados para execução dos serviços observando os cargos descritos no ETP, assim como suas respectivas atribuições, responsabilidades e requisitos;
 - exigência de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento;
 - vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público, - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;
 - estabelecimento de indicadores do desempenho da empresa contratada na execução do serviço;
 - escopo restrito à locação de veículos de representação e de serviço, além da condução de alguns dos veículos de representação e de serviços comuns;
 - realização de horas extras em caráter excepcional, previamente autorizada e sem ônus para a contratante, devendo a contratada administrar banco de compensação;
 - não contratação de posto de supervisão, pois o acompanhamento e controle de frequência e horário de jornada efetivados motoristas alocados para substituição, quando for o caso, supervisão do cumprimento das obrigações e atividades inerentes ao exercício da profissão de motorista, zelo para a garantia da qualidade dos serviços e outras atividades afins são inerentes à atuação empresarial e administração da prestação dos serviços.
 - apresentação de Termo de Sigilo e Confidencialidade dos prestadores de serviço, eventualmente contratados, com base nos termos do Art. 325 do Código Penal Brasileiro.
 - Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, conforme modelo do Anexo II (Declaração do Licitante) deste Termo de Referência.

- 6.2. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 6.3. As obrigações da Contratante e da Contratada estão previstas neste TR, nos itens 11 e 12 respectivamente.
- 6.4. As atividades relacionadas ao cargo de motorista são permanentes nos órgãos e entidades, tratando-se, portanto, de prestação de serviços de natureza continuada e, também, o histórico de prorrogação das vigências dos contratos analisados, indicam que o estabelecimento de vigência contratual maior que 12 meses pode configurar medida que racionaliza o processo de gestão contratual e reduz os custos decorrentes, ao permitir a sua diluição em prazo mais prolongado.
- 6.5. Entretanto, conforme determina o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, atualmente em vigor, a duração dos contratos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.
- 6.6. Deverá ser mantida a avaliação da manutenção das vantagens da contratação a cada 12 (doze) meses, para que assim, se observe a lógica de mercado quanto à duração de contratos para esse tipo de serviço, buscando assim o atendimento aos princípios da economicidade, competitividade e interesse público.
- 6.7. As prorrogações devem seguir a legislação vigente à época das novas pactuações.
- 6.8. Pela natureza deste objeto, não será realizado Sistema de Registro de Preços (SRP). Não será formalizada Intenção de Registro de Preços - IRP.
- 6.9. Será vedada a participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003.
- 6.10. Não será admitida a participação de Consórcios, uma vez que entende-se que o objeto da contratação em planejamento consiste em serviço comum, de simples execução, não sendo considerado serviço de grande vulto e nem de alta complexidade técnica, o que poderia justificar a necessidade de organização de empresas em consórcio. Assim, a participação de empresas em consórcio não será permitida nesta contratação.
- 6.11. A fim de diminuir os riscos da contratação e aumentar a segurança contratual, bem como cobrir eventuais prejuízos e sinistros advindos do não cumprimento do objeto, estipula-se a garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 6.12. Quanto à natureza do serviço e com base em entendimento doutrinário e jurisprudencial, a pretensa contratação cuida de serviço de natureza continuada, visto que a não disponibilidade do serviço poderia implicar em prejuízo ao exercício das atividades administrativas e finalísticas do Órgão, conforme definido no art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 5/2017. Ressaltando que o objeto a ser contratado por ser essencial ao bom funcionamento da instituição, caracteriza-se como serviço de natureza continuada, determinando que o contrato poderá ser prorrogável até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 6.13. O índice de reajuste contratual aplicado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- 6.14. O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório. A solução é padronizada no ramo de fornecimento desse tipo serviço para o setor público. Existem diversas opções de fabricantes/produtos que podem atender as especificações aqui presente referente a veículos de transporte.
- 6.15. A vigência inicial do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, sendo que a execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato.
- 6.16. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

7. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 7.1. A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal /88, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda:
- 7.2. A pessoa jurídica contratada para a prestação dos serviços deverá pautar-se em boas práticas de sustentabilidade, além de adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.
- 7.3. Aplicação das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

- 7.4. Adquirir materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012 da Presidência da República, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis.
- 7.5. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 7.5.1. A logística reversa deve ser de responsabilidade do Contratado, que deve obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final ambientalmente adequada, inclusive para descarte de peças defeituosas e embalagens dos produtos utilizados.
- 7.5.2. Todo o resíduo reciclável gerado deve ser descartado em compartimentos adequados, em cumprimento às normas ambientais vigentes.
- 7.5.3. Conforme Instrução Normativa SLTI/MP nº 2 de 4 de junho de 2014, os modelos de materiais e equipamentos consumidores de energia a serem alocados, na prestação dos serviços deverão ser classificados com a classe de eficiência “A” na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).
- 7.5.4. Todos os descartes deverão ser realizados pelo Contratado, segundo as recomendações normativas sobre o assunto, dando um fim responsável a tais materiais de tal forma que cause o menor impacto possível, de acordo com as boas práticas de preservação do meio ambiente.
- 7.5.5. Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993 e nº 272 de 14/09 /2000 e legislação correlata, bem como deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores — PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.
- 7.6. Manter a regulação do veículo automotor, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.
- 7.7. Manter o veículo automotor de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possa resultar em níveis de emissão sonora superior aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.
- 7.8. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize também combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998. Destacando que a oferta de veículo automotor deverá atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- 7.9. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

8. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 8.1. ~~Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das horas às horas.~~
- 8.2. ~~O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.~~
- 8.2.1. ~~Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.~~
- 8.2.2. ~~A vistoria deverá ser agendada na Coordenação de Atividades Auxiliares — COATA, por meio do telefone (61) 3218-2566, ou por e-mail: clara.santos@agro.gov.br, com 1 (um) dia de antecedência no mínimo.~~
- 8.2.3. ~~A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo contido no Anexo II deste Termo de Referência.~~
- 8.2.4. ~~Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as~~

~~informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.~~

~~8.2.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.~~

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

9.2. Os serviços serão contratados por meio de franquia estabelecida na descrição pormenorizada do item 1.1 do presente TR, diária ou Km Excedente.

- a) Os veículos de representação com potência mínima de 165 CV, na categoria de representação terão os serviços contratados por franquia mensal estabelecida na descrição pormenorizada do item 1.1.
- b) Os veículos de Representação ficarão à disposição e serão guardados na garagem do MAPA.
- c) Ao final de cada renovação contratual, deverá o Fiscal do Contrato se pronunciar sobre a necessidade de ajuste na franquia contratada, com base no histórico apurado e observado o limite legal. (franquia inexistente no modelo atual)
- d) Os veículos do tipo "micro-ônibus", "vans", "caminhão" e "modelo básico" serão contratados por meio de diárias com quilometragem assegurada conforme especificado no item 1.1 e, caso ultrapasse, haverá cobrança de excedente limitado a 1200 KM/ano, exceto para o tipo "micro-ônibus", cujo excedente está limitado a 720 KM/ano.
- e) Os veículos, quando solicitados em regime de diária, deverão permanecer no estacionamento do MAPA de 07h30 às 19h00.
- f) A solicitação de uso dos veículos será encaminhada à empresa contratada, por servidor responsável, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao início da prestação dos serviços, mediante ficha de solicitação de Veículo (VOUCHER), onde constará campo para o preenchimento de: quilometragem percorrida, autorização, assinatura e identificação do usuário, sendo que a requisição ficará de posse desse servidor para o controle no final do mês.
- g) A contagem da quilometragem de cada atendimento será iniciada no ato do início da prestação do serviço e encerrada no regresso do veículo ao MAPA;

9.3. O valor do quilômetro excedente, não poderá ultrapassar a 60% (sessenta por cento) do valor do quilômetro contratado dentro da franquia de todos os veículos, ressaltando que:

- a) Os veículos devem estar com a documentação em dia e regularizados perante aos Órgãos de trânsito e de fiscalização, além de atender a todas as normas correlatas do Poder Público;
- b) Os pneus dos veículos devem estar em perfeitas condições de uso e segurança (inclusive o de reserva estepe), não podendo ser recauchutados (*remold*), nem ter recuperação de cortes com colagens de qualquer espécie;
- c) Os veículos deverão estar em perfeitas condições de mecânica, parte elétrica, capotaria e lanternagem, com todos os equipamentos de segurança exigidos por lei.
- d) Os veículos deverão estar com as revisões periódicas em dia.
- e) As manutenções preventivas e corretivas dos veículos e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento do veículo são parte integrante dos serviços contratados, não cabendo ao MAPA qualquer reembolso de custos à empresa decorrentes da execução desses serviços;
- f) Para os fins a que se destina essa contratação, os serviços de locação deverão ser compreendidos como eventuais.
- g) Em caso de demanda os veículos deverão ser disponibilizados pela empresa inclusive aos sábados, domingos e feriados;
- h) O condutor utilizado na prestação de serviços caracteriza força de trabalho acessória ao contrato de locação de veículos, portanto, em nada deve ser comparada com terceirização de serviços de mão-de-obra, razão pela qual todas as adequações de escalas, horas excepcionais, horas de repouso e eventuais revezamentos devem ser previstos pela empresa em sua proposta de preços, sem que isso possa vir a refletir qualitativamente, quantitativamente ou economicamente no contrato.
- i) Em caso de ocorrências envolvendo os veículos locados e/ou os condutores, deve-se consignar no respectivo termo que o veículo é objeto de contrato de locação e que o condutor não possui qualquer tipo de vínculo empregatício com a Administração Pública.

- j) Todas as despesas, encargos legais e tributos decorrentes da locação dos veículos ou em razão dela correrão às expensas da empresa, inclusive pagamento de salários, vantagens, horas-extras, uniformes, benefícios diretos e indiretos e outros de interesse dos seus empregados.
- k) Também são de responsabilidade da empresa os custos e despesas com o veículo referente a emplacamento, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, combustíveis para os veículos, seguro obrigatório, seguro total, franquia de seguro total, multas não relacionadas a infrações de trânsito, além de quaisquer outras decorrentes de condenação e imposição de obrigação/indenização administrativa, civil, criminal, ou ainda afetas ao cumprimento integral do objeto contratado.

9.4. Dos créditos de quilometragens:

- a) As diferenças apuradas entre o total de quilômetros franqueados e os efetivamente rodados, quando forem menores que a franquia, serão consideradas créditos de quilômetros, passíveis de serem deduzidos nas ocasiões em que for verificada a existência de quilômetros excedentes. Caberá ao Fiscal do Contrato apurar, mensalmente, as quilometragens rodadas pelo veículo locado, devendo este, consignar em documento específico os referidos créditos, sem prejuízo de ser dada ciência à empresa da existência de créditos em quilômetros a compensar, ressalvando que o pagamento mensal dos serviços não será inferior aos valores franqueados, tampouco poderá ser objeto de glosas.
- b) A compensação dos créditos em quilômetros deverá ser deduzida, única e exclusivamente, da quilometragem excedente a qualquer tempo, desde que ocorrida no curso da vigência anual. Ao final de cada renovação contratual, deverá o Fiscal do Contrato se pronunciar sobre a necessidade de ajuste na franquia contratada, com base no histórico apurado e observado o limite legal.
- c) Eventuais créditos de quilômetros verificados após a prorrogação do último prazo regularmente previsto, que porventura ainda não tenha sido utilizados, deverão ser devidamente apurados e deduzidos antes do encerramento do contrato, sob pena de caducidade dos créditos, uma vez que não é permitida a sua conversão em pecúnia e nem tampouco podem deduzidos dos valores a serem pagos pelas franquias contratadas.

9.5. A atuação dos servidores do Ministério da Agricultura e Pecuária na fiscalização da execução dos serviços em nada restringe as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da empresa, no que concerne à execução dos serviços contratados.

9.6. A Contratada enviará mensalmente, junto a Nota Fiscal/Fatura mensal, a relação e descrição da quantidade de deslocamentos solicitados pelo Setor de Transporte durante o mês.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Os quantitativos e especificações desta contratação estão definidos no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. A presente Contratação terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme preceitua o Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666 de 1993.

10.3. Os serviços serão executados predominantemente na circunscrição do Distrito Federal, podendo ser utilizados em outros estados, quando comprovado o interesse público, sendo os itinerários definidos pela Alta Administração, de acordo com as necessidades de serviço.

10.4. Os custos com viagens interestaduais de caráter eventual serão de responsabilidade da contratada, não cabendo ao MAPA qualquer despesa com o deslocamento, devendo os mesmos estarem incluso no valor da diária quando da utilização de veículo básico, caminhão, van e micro-ônibus.

10.5. O pagamento dos itens de 4 a 7 será efetuado apenas para as diárias efetivamente solicitadas, ou seja, esse serviço será por demanda.

10.6. O licitante deverá apresentar proposta conforme modelo no ANEXO I (Proposta de Preços) deste Termo de Referência.

10.7. Demais informações relevantes para o dimensionamento da proposta encontram-se já listadas no item 9 deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;\
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e;
 - 11.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 11.13. Serão ainda obrigações da contratante, os seguintes itens:
- 11.13.1. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
 - 11.13.2. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - 11.13.3. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - 11.13.4. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
 - 11.13.5. Permitir ao pessoal da Contratada livre acesso às dependências do MAPA, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente do órgão, ou fora dele, quando solicitado e/ou autorizado pelo Fiscal do Contrato.
 - 11.13.6. Solicitar os serviços exclusivamente por meio do documento "Ordem de Serviço" (O.S.), conforme Anexo III deste Termo de Referência, assinada pelo Fiscal do Contrato, ou seu substituto.
 - 11.13.7. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando prazo para correções.
 - 11.13.8. Aplicar, motivada e justificadamente, à Contratada, as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.
 - 11.13.9. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, por meio de servidor designado como Fiscal do Contrato, ou seu substituto, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993.
 - 11.13.10. Prestar todas as informações essenciais para a perfeita execução dos serviços, tais como: percurso, tipo de bem a transportar, endereços de origem e destino e quaisquer

outras que se fizerem necessárias.

11.13.11. Aplicar as penalidades previstas neste Termo de Referência, quando for o caso, assegurando o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- I - prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - II - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - III - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - IV - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;
- 12.24. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea “g” do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017:
- 12.24.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 12.24.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- 12.24.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 12.24.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 12.24.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 12.25. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.26.
- 12.27. Substituir, no prazo de 02 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 12.28. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na

localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

12.29. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.29.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

12.30. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

12.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração, assim como orientar a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.32. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

12.32.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.32.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante ou por seus prepostos, atendendo prontamente a quaisquer solicitações, bem como, informar e manter atualizados os números de telefones, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.33. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

12.33.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

12.33.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.33.2.1. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.34. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.35. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.37. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.39. Não transferir a outrem a execução do objeto deste Termo de Referência, sem a prévia e expressa anuência da Contratante.

12.40. Responder por qualquer acidente de que venham a ser vítimas os seus empregados ou por aqueles causados ao Ministério da Agricultura e Pecuária, e a terceiros, quando da prestação dos serviços.

12.41. Manter os veículos em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança e portar os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN,

ressaltando que os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar o combustível renovável etanol, inclusive, inclusive mediante o uso da tecnologia "flex", nos termos da 9.660, de 1998;

12.42. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

12.43. Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta da Categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente;

12.44. Disponibilizar veículos com apólice de seguro total, bem como contra terceiros;

12.45. Compete ainda à CONTRATADA:

12.45.1. Exercer rígido controle com relação à validade da Carteira Nacional de Habilitação do motorista colocado à disposição do MAPA, verificando se a categoria é compatível com os serviços prestados, bem como manter regularizada a documentação do veículo;

12.45.2. Fornecer ao fiscal do contrato cópia autenticada dos documentos do veículo que prestará os serviços, bem como cópia do comprovante de contratação de seguro geral/total do veículo. Fornecer cópia dos documentos do veículo, após o respectivo licenciamento. Em caso de troca de qualquer veículo ou motorista, deverá obrigatoriamente atualizar os documentos junto ao MAPA.

12.45.3. Acatar as orientações do fiscal do Contrato e seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

12.45.4. Prestar esclarecimento ao Ministério, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam o veículo, bem como relatar toda a qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;

12.45.5. Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como manutenção, acidentes, multas não relacionadas a infrações de trânsito, licenciamentos, seguro total, limpeza, e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando o Ministério de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em qualquer ocorrência;

12.45.5.1. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo tratamento das multas aplicadas aos veículos locados pelo MAPA quando causadas por seus empregados ou prepostos. Todas as multas deverão ser repassadas aos respectivos condutores devidamente identificados, obedecendo os prazos legais do DETRAN/DER;

12.45.6. Responsabilizar-se por todas as despesas com mão-de-obra, transportes (combustíveis, manutenções preventivas e corretivas, limpezas, estacionamento), equipamentos auxiliares (uniformes, acidentes com prejuízos a terceiros), impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, trabalhistas, previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto;

12.45.7. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, decorrentes de danos, seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente;

12.45.8. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade acerca dos materiais entregues à CONTRATANTE, a não ser que haja prévia e expressa autorização;

12.45.9. Contratar apólice de seguro contra sinistros que deverá contemplar, no caso de APP/ Morte ou Invalidez, o valor mínimo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por passageiro;

12.45.10. Contratar apólice de seguro de carga contra sinistros que deverá contemplar, no caso de danos e avarias aos itens transportados, o equivalente ao custo do bem, cujo valor mínimo deverá ser de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

12.45.11. Apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura, relatório demonstrativo dos serviços realizados, inclusive com a quilometragem percorrida por cada veículo;

12.45.12. Manter os veículos em perfeito de estado de conservação, limpeza e higienização, efetuando a lavagem inclusive, diariamente, se houver necessidade.

12.45.13. Disponibilizar em cada veículo sistema de comunicação eficiente (celular ou rádio) para efetuar comunicação entre os motoristas e o setor de transporte do Ministério.

12.45.14. A substituição/ fornecimento de veículos, por quaisquer razões, deverá ser realizada em até 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação feita pela Administração, excetuando-se aí o disposto no item 13.1 do presente documento.

- 12.45.15. Em caso de ocorrência de falta, justificada ou não, por licença médica ou outros afastamentos legais dos profissionais, a CONTRATADA deverá, a partir de 02 (duas) horas, inclusive, providenciar a substituição do profissional, por outro igualmente qualificado para assumir o posto de trabalho temporariamente;
- 12.45.16. Disponibilizar aparelhos de comunicação tipo smartphone para os condutores dos veículos;
- 12.45.17. A empresa, quando estiver em atendimento ao MAPA, não poderá utilizar os veículos e motoristas para serviços fora do contrato ou fora da demanda deste MAPA.
- 12.45.18. A empresa deverá respeitar a jornada de trabalho dos motoristas de forma que não exceda a carga horária máxima permitida na legislação trabalhista.
- 12.45.19. Apresentar ao fiscal do contrato, quadro nominativo de todo contingente de empregados destinados a prestar os serviços contratados, acompanhados de cópia da carteira de identidade, do CPF e da CNH (com habilitação em carteira D, nos casos de van e micro-ônibus e caminhão), bem como endereço e número de telefone, devendo todas as informações serem atualizadas, sempre que necessário.
- 12.45.20. Empregar na execução dos serviços, profissionais com CNH compatível com a execução dos serviços, no caso, categoria “B” para os motoristas de veículo básico, e “D” para os motoristas das vans e dos micro-ônibus.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, exceção feita aos casos previstos nos itens 14.4 a 14.9.6 do presente documento.

14. SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS

- 14.1. Em razão de sinistro, avaria mecânica, acidente de trânsito, má conservação ou más condições de segurança, o(s) veículo(s) que fique(m) indisponível(is) deverá(ão) ser substituído(s) no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da ciência da notificação, por veículo(s) com as mesmas características exigidas.
- 14.2. Além das hipóteses de substituição de veículo(s) previstas no item 14.1 deste documento, a Contratada deverá proceder à substituição de veículo(s) sempre que houver solicitação formal e justificada da Contratante. Nesse caso, o prazo máximo de substituição será de 24 (vinte e quatro) horas, contado da ciência da notificação.
- 14.3. Na ocorrência das hipóteses previstas nos itens 14.1 e 14.2 deste documento, a Contratada deverá estar apta a substituir quantos veículos forem necessários para a continuidade dos serviços.
- 14.4. Nas hipóteses previstas nos itens 14.1 e 14.2 deste documento, a Contratada poderá efetuar subcontratação para disponibilizar veículos exclusivamente para fins de substituição de veículos indisponíveis, desde que a subcontratação seja prévia e formalmente aprovada pelo Órgão Contratante.
- 14.5. A Contratada deverá substituir veículo da subcontratada por veículo de sua propriedade no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 14.6. Dentro das condições estabelecidas no item 14.4, é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30%(trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 14.6.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 14.7. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 14.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 14.9. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentuais mínimo de 10% e máximo de 30%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:
- 14.9.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

14.9.2. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

14.9.3. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

14.9.4. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

14.9.4.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte;

14.9.4.2. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no [art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993](#); e

14.9.4.3. Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

14.9.5. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

14.9.6. *Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas*

14.10. As substituições dos veículos deverão ocorrer nas dependências do Ministério da Agricultura e Pecuária, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do Órgão Contratante, ocorrer nas dependências da Contratada.

14.11. Em qualquer caso de substituição de veículo(s), o(s) veículo(s) substituto(s) deverá(ão) ser entregue(s) acompanhado(s) da documentação exigível, conforme relação constante ao longo do item 12 do presente Termo.

14.12. Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, no prazo previsto, fica resguardado ao MAPA o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, ficando o ônus para a Contratada, sem prejuízo de aplicação de sanções.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de

todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

- 16.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 16.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 16.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 16.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
 - 16.13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 16.13.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
 - 16.13.3. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo IV deste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
 - 16.13.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
 - 16.13.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
 - 16.13.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
 - 16.13.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
 - 16.13.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
 - 16.13.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
 - 16.13.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
 - 16.13.11. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não

apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.13.12. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.13.13. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

16.13.14. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	GRAU	PONTOS POR INCIDÊNCIA	PONTOS PERDIDOS POR REINCIDÊNCIA
Apresentação	Permitir a presença de funcionário sem uniforme, mal apresentado e ou/sem Cartão de identificação, apresentar veículo mal conservado, sujo, sem identificação, por ocorrência;	1	1	2
Assiduidade	Permitir atraso injustificado no atendimento da requisição, por ocorrência	2	3	4
Satisfação do usuário	Atender ao público usuário de forma desrespeitosa ou descortês, por ocorrência	2	3	4
TOTAL DE PONTOS PERDIDOS				
PONTUAÇÃO TOTAL (100 PONTOS - PONTOS PERDIDOS)				
CONCEITO DA AVALIAÇÃO (A- Ótimo; B - Bom; C - Regular; D- Insatisfatório)				
PERCENTUAL DE AJUSTE DA FATURA MENSAL				

17.2.1. Para aferição dos pontos perdidos para ajuste da fatura mensal, serão consideradas a avaliação da prestação dos serviços por parte da fiscalização, assim como a "Satisfação do Usuário", visto que os serviços prestados serão objetivamente avaliados pelo usuário efetivo do serviço. Esta mensuração ocorrerá logo após a utilização dos serviços, momento em que o usuário atribuirá a nota de zero a cinco de acordo com a qualidade da prestação dos serviços.

17.2.2. Apurados os pontos perdidos, o percentual de ajuste da fatura mensal se dará na proporção da tabela abaixo:

CONCEITO	PONTUAÇÃO TOTAL	PERCENTUAL DE AJUSTE DA FATURA MENSAL
A	Maior ou igual a 95	0%
B	maior que 90 e menor que 95	2,00%
C	maior que 80 e menor que 90	3,00%

D	Menor ou igual a 80	3,50%
---	---------------------	-------

17.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 17.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

18.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

18.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

18.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

18.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

18.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

18.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (*trinta*) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de PIX ou ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

19.5.1. o prazo de validade;

19.5.2. a data da emissão;

19.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

19.5.4. o período de prestação dos serviços;

19.5.5. o valor a pagar; e

19.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.10.

19.11. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

19.11.1. não produziu os resultados acordados;

19.11.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

19.11.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I=(TX)	I=	(6/100)	I= 0,00016438
		365	TX= Percentual da taxa anual = 6%

20. REAJUSTE

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 20.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 20.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 20.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 21.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 21.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 21.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 21.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 21.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 21.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 21.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 21.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 21.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 21.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 21.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 21.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 21.10. Será considerada extinta a garantia:

21.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.

21.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2. **Multa de:**

22.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a (15) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

22.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administra pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.2.5.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.2.4 deste Termo de Referência.

22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.2, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
10	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o

procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR

22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

23.3.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado.

23.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 2 (dois) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

23.3.3. Para a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

23.3.4. O licitante disponibilizará todas as informações solicitadas pelo Pregoeiro, necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

23.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

23.4.1. Valor Global máximo aceitável: **R\$ 2.479.915,16 (dois milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e quinze reais e dezesseis centavos).**

23.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

23.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

24.1. O custo estimado da contratação, com base nos quantitativos apurados e descritos no ETP é de **R\$ 2.479.915,16 (dois milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e quinze reais e dezesseis centavos)**, destacando que tal montante corresponde ao preço máximo aceitável para o certame.

24.2. A pesquisa foi realizada utilizando os parâmetros de acordo com a IN 73/2020, especialmente, o teor dos incisos I, II e IV do seu art. 5º. Os dados foram obtidos por meio do portal do painel de preços e do portal de compras do governo federal, além da pesquisa de mercado.

24.3. O valor abrangerá as locações dos veículos de representação e do veículo de carga, todos de caráter permanente, além dos demais itens previstos, todos de caráter eventual.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1. A despesa com a prestação dos serviços está estimada no valor total de **R\$ 2.479.915,16 (dois milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e quinze reais e dezesseis centavos)** para o período de 12 meses, a considerar que parte da execução do objeto será sob demanda, correndo à conta dos recursos consignados na Lei Orçamentária específica, conforme abaixo:

Projeto Atividade: 22101.2012.2210.5200.00001

Plano Interno: OPERCGSG

Elemento de Despesa: 339033.03

25.2. No (s) exercício (s) seguinte (s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

25.3. Poderão ser incluídas novas dotações mediante a emissão de termo de apostilamento.

26. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

26.1. Os quantitativos e especificações desta contratação estão definidos no item 1.1 deste Termo de Referência.

26.2. A presente Contratação terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme preceitua o Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666 de 1993.

26.3. Os serviços serão executados predominantemente na circunscrição do Distrito Federal, podendo ser utilizados em outros estados, quando comprovado o interesse público, sendo os itinerários definidos pela Alta Administração, de acordo com as necessidades de serviço.

26.4. Os custos com viagens interestaduais de caráter eventual serão de responsabilidade da contratada, não cabendo ao MAPA qualquer despesa com o deslocamento, devendo os mesmos estarem incluso no valor da diária quando da utilização de veículo básico, caminhão, van e micro-ônibus.

26.5. O pagamento dos itens de 4 a 7 será efetuado apenas para as diárias efetivamente solicitadas, ou seja, esse serviço será por demanda.

26.6. O licitante deverá apresentar proposta conforme modelo no ANEXO I (Proposta de Preços) deste Termo de Referência.

26.7. Demais informações relevantes para o dimensionamento da proposta encontram-se já listadas no item 6 deste Termo de Referência.

27. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

27.1. Sugere a formação de 1 (um) único grupo composto por 11 (onze) itens, sendo o item 1 referente ao serviço de locação de 03 (três) veículos de representação com o fornecimento de motoristas executivos sem dedicação exclusiva; o item 2 referente ao serviço de locação de 03 (três) veículos de representação sem o fornecimento de motoristas executivos, e o item 3 referente ao serviço de locação de veículo de transporte de carga (gestão patrimonial) com o o fornecimento de motorista sem dedicação exclusiva. Ressalte-se, por importante, que os 3 itens mencionados são para locação em caráter permanente, enquanto os demais - itens 4 ao 11 - são de caráter eventual, por demanda.

27.2. A opção do agrupamento dos itens certamente irá proporcionar economicidade pois, entende-se que haverá ganho de escala com a locação de veículos pela mesma empresa,

além de viabilizar a melhor gestão dos itens de forma centralizada em uma única empresa.

27.3. Destaca-se que o agrupamento possibilita o uso do critério de "compensação de quilometragem excedente" descrito na solução, especificamente no caso dos veículos de representação, de forma que a adjudicação por itens pode inviabilizar este critério. Tal solução pode ser fator decisivo para evitar que o MAPA pague por deslocamentos que eventualmente extrapolarem a quilometragem estimada para o contrato.

27.4. Além disso, o agrupamento dos itens promoverá ganhos administrativos, uma vez que a adjudicação global pode gerar uma única proposta a ser avaliada e um único contrato a ser posteriormente gerido.

28. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

28.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 11, de 04 de março de 2020.

28.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Portaria nº 11, de 04 de março de 2020

Integrante Administrativo

Clara Pandolfi dos Santos
SIAPE: 1799856

Integrante Requisitante

Jose Lúcio dos Santos Costa
SIAPE: 1798167

Integrante Técnico

Larissa Chaves Maluf
SIAPE: 1799367

Referência: Processo nº 21000.006713/2023-51

SEI nº 31495731



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUCIO DOS SANTOS COSTA**, Coordenador, em 24/10/2023, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA CHAVES MALUF, Chefe de Divisão**, em 24/10/2023, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **31495731** e o código CRC **A1AC6986**.

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proponente:	
CNPJ:	
Data:	
Validade:	

I - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO COM MOTORISTA				
Item	CATSER	Especificações	(A)	Quilometr. assegurada por veículo (franquia)
			Quant.	
1	4014	Veículos tipo SEDAN, com as seguintes dimensões mínimas: comprimento de 4.600 mm; distância entre-eixos de 2.650 mm; largura de 1.750 mm, com potência acima de 165 CV, 2.000 cilindradas, com no máximo 01 (um) ano de fabricação ou 15.000 (quinze mil) quilômetros rodados (o que ocorrer primeiro), com 04 (quatro) portas, cor preta, equipado com ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, desembaçador elétrico do vidro traseiro, vidros e travamento das portas elétricos, capacidade para 05 (cinco) passageiros. Com 02 (dois) motoristas executivos por veículo e fornecimento de combustível, além do provimento de todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, a ser utilizado no transporte dos Ministros de Estado e ocupantes de cargos de natureza especial. (VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO).	3	5.500

II - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO SEM MOTORISTA				
Item	CATSER	Especificações	(A)	Quilometr. assegurada por veículo (franquia)
			Quant.	
2	4014	Veículos tipo SEDAN, com as seguintes dimensões mínimas: comprimento de 4.600 mm; distância entre-eixos de 2.650 mm; largura de 1.750 mm, com potência acima de 165 CV, 2.000 cilindradas, com no máximo 01 (um) ano de fabricação ou 15.000 (quinze mil) quilômetros rodados (o que ocorrer primeiro), com 04 (quatro) portas, cor preta, equipado com ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, desembaçador elétrico do vidro traseiro, vidros e travamento das portas elétricos, capacidade para 05 (cinco) passageiros. Sem motorista e com fornecimento de combustível, além do provimento de todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, a ser utilizado no transporte dos Ministros de Estado e ocupantes de cargos de natureza especial. (VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO).	3	5.500

III - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA				
Item	CATSER	Especificações	(A)	Quilometr. assegurada por veículo

			Quant.	(franquia)	V.
3	25089	Veículos de transporte de carga com as seguintes características mínimas: com no máximo 02 (dois) anos de fabricação ou 30.000 (trinta mil) quilômetros rodados (o que ocorrer primeiro), cilindrada mínima do motor de 1.400cc, a diesel, capacidade de carga mínima de 1.300kg, volume mínimo do compartimento de carga de 6m³, altura total máxima de 2,55 metros, largura total máxima de 3 metros, além de todos os equipamentos e acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira de Trânsito vigente para a categoria. Com motorista e com fornecimento de combustível. (VEÍCULO DE SERVIÇO).	1	780	

IV - CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS COMUNS, EM CARÁTER EVENTUAL, POR DEMANDA

Item	CATSER	Especificação	Unidade	(M)	Quilometr. assegurada por diária	Vlr. ur
				Qtd. Estimada Anual		
4	25089	Veículo automotor tipo "CAMINHÃO", com motorista e fornecimento de combustível, ano de fabricação 2020 ou superior, preferencialmente na cor branca, com peso bruto total (PBT) de 3.800 a 5.500 kg, contendo sobre seu chassi um furgão de alumínio (baú fechado) de dimensões estipuladas no manual de implementação do fabricante, potência mínima de 130cv, equipado com ar condicionado e com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, a ser utilizado no serviço de transporte de cargas do Mapa.	DIÁRIA	192	250	R\$ 0,00
5	25089	Veículo automotor tipo "MICRO-ÔNIBUS", ano de fabricação 2014 ou superior, preferencialmente cor branca, com capacidade para no mínimo 25 (vinte e cinco) passageiros sentados, equipado com ar condicionado. com motorista e fornecimento de combustível, além de todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, a ser utilizado no transporte de servidores, em ocasião de eventos (MICRO-ÔNIBUS).	DIÁRIA	32	200	R\$ 0,00
6	25089	Veículo automotor utilitário tipo VAN, ano de fabricação 2014 ou superior, potência mínima de 127 CV, preferencialmente na cor branca, com capacidade de, no mínimo, 16 (dezesesseis) passageiros, equipado com ar condicionado, direção hidráulica, desembaçador elétrico. com motorista e o fornecimento de combustível, além de todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, a ser utilizado no transporte de servidores. (VAN)	DIÁRIA	32	200	R\$ 0,00
7	25089	Veículo modelo BÁSICO potência mínima de 80 CV, com no máximo 01 (um) ano de fabricação ou 15.000 (quinze mil) quilômetros rodados (o que ocorrer primeiro), com 04 (quatro) portas, cor branca, equipado com ar condicionado, com motorista e o fornecimento de combustível, além de com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN.	DIÁRIA	48	500	R\$ 0,00

(Q) SUBTOTAL ANUAL (SOMATÓRIO DO GRUPO 2): H=(4+5+6+7)

V - SERVIÇOS EVENTUAIS - QUILOMETRAGEM EXCEDENTE

Item	CATSER	Especificação	Unid.	(J)	(K)	(L)
				Qtd. Mensal	Qtd. Anual	Vlr
8	25089	Veículo automotor tipo "caminhão" (especificado no item 2). Serviços Eventuais por km Excedente.	Km	100	1200	R\$
9	25089	Veículo automotor tipo Micro-Ônibus (especificado no item 3). Serviços Eventuais por km Excedente.	Km	60	720	R\$
10	25089	Veículo automotor utilitário tipo Van (especificado no item 4). Serviços Eventuais por km Excedente.	Km	100	1200	R\$
11	25089	Veículo modelo básico (especificado no item 5). Serviços Eventuais por km Excedente.	Km	100	1200	R\$

(X) SUBTOTAL ANUAL (SOMATÓRIO DO GRUPO V): V=(8+9+10+11)

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA = (D + I + O)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DO LICITANTE

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E DO OBJETO LICITADO

Ao MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

(Destinatário da mensagem)

[citar modalidade; exemplo: Pregão Eletrônico] nº ____/20__

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na (endereço completo), (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), declara, sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do objeto licitado e concorda com todas as exigências contidas no edital e anexos. Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

(Local/UF) , ____ de _____ de 20__.

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

Dados da Declarante: Razão Social e Carimbo do CNPJ

ANEXO III

ORDEM DE SERVIÇO

SOLICITAÇÃO DE VEÍCULO EVENTUAL (PREENCHIMENTO MAPA)	
NOME DO SOLICITANTE:	
LOTAÇÃO:	DATA DO PEDIDO:
TELEFONE DO SETOR:	RESPONSÁVEL PELO PEDIDO:
	SIAPE DO RESPONSÁVEL:
ORIGEM:	DESTINO:
DATA DE SAÍDA:	DATA DE RETORNO:

TRAJETO (S):	
CONTATO DO SOLICITANTE:	
CELULAR:	
TIPO DE VEÍCULO: () ITEM “2” - VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO "CAMINHÃO" () ITEM “3” - VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO "MICRO-ÔNIBUS" () ITEM “4” - VEÍCULO TIPO VAN () ITEM “5” - VEÍCULO MODELO BÁSICO POTÊNCIA MÍNIMA DE 80 CV	
PREENCHIMENTO DA LOCADORA	
NOME DO MOTORISTA:	
TELEFONE:	
DADOS DO VEÍCULO:	
QUILOMETRAGEM INICIAL:	QUILOMETRAGEM FINAL:
OBSERVAÇÃO:	

ANEXO IV

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

Indicador:	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pela empresa contratada no fornecimento dos veículos contratados
Meta a cumprir	100% dos serviços prestados adequadamente às perspectivas da Administração
Instrumento de medição	Formulário de avaliação
Forma de acompanhamento	Por meio da inspeção e preenchimento do formulário específico quando da solicitação de veículos eventuais, ou quando da troca de veículos por quaisquer dos motivos já elencados no TR.
Periodicidade da avaliação	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Tabulação dos dados referentes à pontuação registrada no formulário de avaliação utilizado nas ocorrências supramencionadas
Início de Vigência	Início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento e sanções	Conforme estabelecido nas tabelas descritas no item 8.4 do presente TR, em função dos cálculos apurados na avaliação

II- Informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica, especialmente aquelas vinculadas às licitações, contratos, acordos de leniência, processos administrativos em geral, entre outras;

III- documentos e informações a que o Empregado tenha acesso no exercício da função vinculada ao contrato de trabalho referenciado no parágrafo primeiro.

Cláusula terceira – O Empregado reconhece que as referências dos incisos I a III da cláusula segunda deste termo, são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham a ser como tal definidas no futuro, devem ser mantidas em sigilo.

Cláusula Quarta – O Empregado recolherá, ao término do contrato de trabalho, para imediata devolução ao MAPA, todo e qualquer material que esteja em sua propriedade, envolvendo matéria cujo acesso seja de caráter restrito ou sigiloso no Órgão, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação por ele produzida ou à qual teve acesso durante o exercício das funções que lhe incumbiam.

Cláusula Quinta – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o Empregado e a Empresa Contratada e abrangem as informações preexistentes, presentes e futuras. Cláusula sexta– O Empregado obriga-se a informar imediatamente à Contratada e ao fiscal do contrato qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação, omissão, independentemente da existência de dolo.

Declaro, ainda estar ciente de que o descumprimento de quaisquer cláusulas do presente termo, resultará em demissão por justa causa, nos termos do que define o art. 482, alíneas “a” e “g”, bem como na responsabilização no âmbito civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

Brasília-DF, _____, de _____ de 2023.

EMPREGADO

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA